

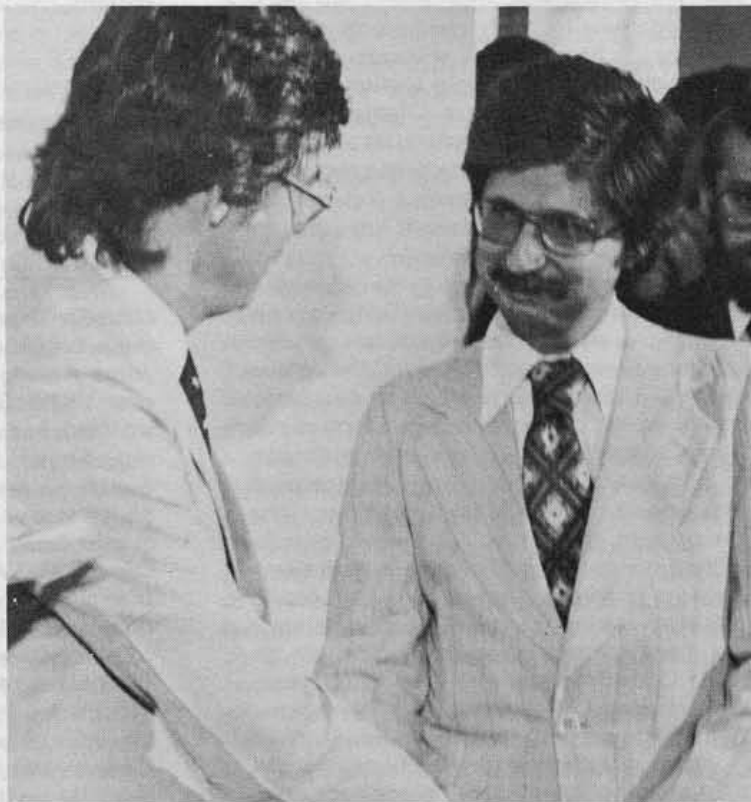
MOVIMENTO

NOVO DIRETOR-GERAL DA EMBRAFILME

Ao tomar posse, no dia 16 de abril, do cargo de Diretor-Geral da Embrafilme, em substituição a Roberto Farias, o diplomata Celso Amorim, em discurso de improviso, prometeu que seu programa de trabalho seria elaborado através de debate com a classe cinematográfica, acrescentando em seguida:

— Muito já me perguntaram sobre a desunião, as desavenças existentes dentro do cinema, e qual é a resposta que eu tenho para isso. A meu ver, a principal resposta é de que a divergência e o diálogo, desde que não cheguem a ser auto-destrutivos, são coisas saudáveis, que devem ser estimuladas. Nós não podemos mais viver na nostalgia da época em que o cinema começava, quando as propostas eram todas semelhantes, se não iguais. Hoje nós vivemos numa época de diversidade.

Logo após a cerimônia, em entrevista concedida à equipe do SRTV — responsável pelos programas *Cinemateca* e *Coisas Nossas* na TVE do Rio de Janeiro — Celso Amorim declarou que os problemas do cinema brasileiro atual são muito complexos e que pretende examinar um a um os aspectos da produção, da distribuição e da exibição. Destacou, porém, alguns pontos iniciais, “como a necessidade de descentralização da produção, a necessidade de manter um esquema de distribuição que assegure realmente a chegada do filme brasileiro às telas e a necessidade de levar em conta es-



Roberto Farias transmite o cargo a Celso Amorim.

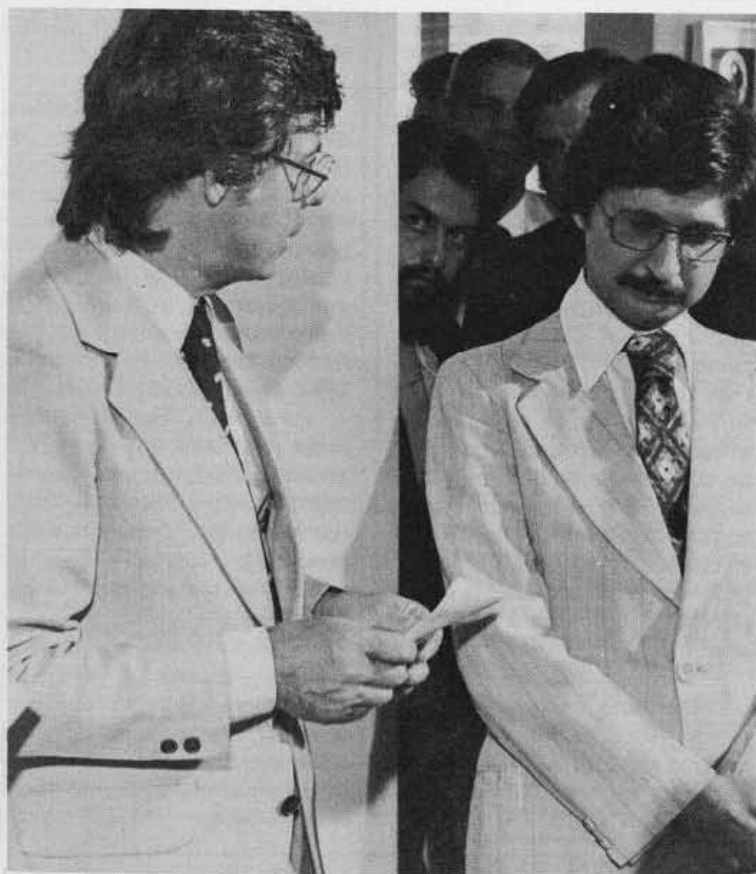
se caráter *sui-generis* do cinema, de ser ao mesmo tempo uma indústria e uma área de produção cultural”

— Nós não podemos esquecer nunca deste duplo aspecto do cinema, a sua missão cultural — que decorre inclusive da colocação da Embrafilme dentro da estrutura do MEC — e o seu lado industrial, empresarial. É isso que eu vou tentar conciliar, com a ajuda de todos e o diálogo aberto aos diversos setores da classe cinematográfica.

O novo Diretor-Geral falou também das suas idéias sobre um possível plano de difusão cultural do cinema:

— Acho que temos de procurar maneiras novas de realizar essa difusão. É claro

que o cinema, como indústria, terá que utilizar ainda por muito tempo seu canal normal de difusão, que são as salas. Mas, ao lado desse canal, talvez possamos tentar, em colaboração com as Secretarias de Cultura dos Estados, em colaboração com as Fundações Culturais, esquemas que permitam levar o cinema a populações que ainda não vão ao cinema, que se encontram marginalizadas do processo cultural em geral e do processo da cultura cinematográfica em particular. Isso através da criação de salas especiais de exibição, de cinematecas, de cineclubes, nessas comunidades que estão afastadas. Outro meio novo é, evidentemente, a televisão. Não tenho ainda uma fórmula pronta pa-



Discurso de boas vindas do ex-Diretor-Geral.

ra conseguir isso, mas diria que vou estudar o assunto com muita atenção.

Quanto aos seus planos em relação ao mercado exibidor, disse Celso Amorim que pretende estabelecer um diálogo constante com os exibidores, "atraí-los para a consciência — que muitos deles já têm, aliás — de que eles são parte da nossa indústria cinematográfica, de que só têm a ganhar com o crescimento da indústria cinematográfica brasileira, e de que a presença da Embrafilme não é uma presença repressora, mas, ao contrário, estimuladora, que deseja fazer com que os cinemas levem os filmes brasileiros às telas não

como uma obrigação apenas, mas também porque ganham com isso".

Celso Amorim vê a entrada da Embrafilme no mercado de exibição, diretamente, apenas "como uma possibilidade que não pode ser excluída, inclusive porque está prevista na lei que determinou a fusão da Empresa com o INC":

— No momento o que está acontecendo de mais interessante, para mim, é a iniciativa privada entrar nesse mercado organizada sob a forma de cooperativa. Acho que isso é uma coisa que precisa ser estimulada. E talvez se possam descobrir meios de obter estímulos especiais, como finan-

ciamentos e prêmios, para os exibidores que ultrapassarem voluntariamente a quota obrigatória de reserva de mercado estipulada pelo Concine. Nós temos que partir um pouco para essa perspectiva do incentivo aos exibidores. Mais uma vez digo que não tenho ainda o segredo exato de como fazer isso. O País está atravessando uma fase difícil, não será nada fácil conseguir financiamentos, empréstimos. Mas eu estou aqui para lutar.

Celso Luiz Nunes Amorim é natural de Santos (São Paulo), casado, tem 36 anos de idade e quatro filhos. Diplomata formado pelo Instituto Rio Branco, em 1964, fez Pós-graduação em Relações Internacionais em Viena (1966/1967) e Doutorado em Ciência Política em Londres (1968/1971). Ocupou postos diplomáticos em Londres e Washington. Foi professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Desde 1977 era Chefe da Divisão de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores e representante do Itamarati junto ao Concine. No cinema, foi assistente de direção de Leon Hirszman em *Pedreira de São Diogo* (episódio de *Cinco Vezes Favela*, 1961) e de Rui Guerra em *Os Cafajestes* (1962).

Ao transmitir o cargo ao novo Diretor-Geral, o cineasta Roberto Farias pronunciou discurso em que pediu se prosseguisse "com a ajuda ao curta-metragem, ao longa, com os pólos cinematográficos hoje espalhados por quase todo o Brasil; com a política intransigente de defesa do nosso cinema; a reserva de nosso mercado; o controle, o mercado externo; a distribuição — princi-

palmente fora do Rio e São Paulo — onde o produtor privado não tem condições de chegar sem aviltamento do seu filme.”

Solicitou, ainda, ao novo Diretor-Geral, “que prossiga a luta pela mudança de escala do cinema brasileiro; o incentivo à criação de crédito específico através de bancos estaduais de desenvolvimento, buscando estimular a rede exibidora existente e a criação de novas salas” e “que faça cumprir o desejo dos cineastas criando uma Superintendência em São Paulo, abrindo, se possível, a participação da classe em maior escala nas decisões da Empresa.”

Aludiu, igualmente, às dificuldades a serem superadas e ao trabalho conjunto a ser efetuado pelo novo Diretor-Geral, diplomata Celso Amorim, e a classe cinematográfica, formulando-lhe os votos de boa vinda.

LEI BÁSICA DO CINEMA BRASILEIRO

A Embrafilme propõe uma nova escala para o cinema nacional, através da elaboração de uma Lei Básica que leve em consideração as novas técnicas e meios de exibição — cassete, *video tape*, vídeo-disco, etc. — como meio de proteger, com instrumental sempre atualizado, os interesses dos cineastas brasileiros.

Em documento enviado pelo ex-Diretor-Geral da Empresa, Roberto Farias, ao Ministro da Educação e Cultura, a Embrafilme dá enfoque especial à necessidade de quintuplicar o número de salas de cinema no País a fim de assegurar

mercado para pequenos e médios produtores que se sentem prejudicados com a permanência em cartaz de filmes tidos como super-produções, mas que na verdade apenas refletem as potencialidades de identificação do atual cinema brasileiro com as exigências do nosso público.

Preconiza, assim, a Administração da Embrafilme, o cumprimento de um dos objetivos de sua fusão com o extinto INC, que é o de estabelecer a harmonia entre os suportes do tripé produção-distribuição-exibição, modernizando e reequipando as salas existentes e instalando novos locais de projeção em regiões onde até hoje alguém jamais viu um filme sequer.

É o seguinte, na íntegra, o documento enviado pelo cineasta Roberto Farias ao Ministério da Educação e Cultura, e que foi acompanhado do Ofício OF/DG/001/79:

1. DESEMPENHO DO CINEMA BRASILEIRO

1.1. A Empresa Brasileira de Filmes S/A recebeu nos últimos quatro anos grandes impulsos, particularmente com a lei nº 6.281 de 09 de dezembro de 1975, que extinguiu o Instituto Nacional de Cinema e ampliou as atribuições da Embrafilme, aumentando o seu capital social de Cr\$ 6 milhões para Cr\$ 80 milhões.

1.2. As aplicações da Empresa no período de 1977-1978 envolveram recursos da ordem de Cr\$ 250 milhões de cruzeiros em programas de produção, co-produção e financiamento concedidos à indústria.

1.3. O programa de valorização do cinema brasileiro permitiu que o país alcançasse um alto nível de produções cinematográficas, com a consequente expansão do seu mercado interno.

	1974	1978	Variação percentual
Exibição obrigatória	84 dias	133 dias	+ 58%
Espectadores	30 milhões	60 milhões	+ 100%
Arrecadação	89 milhões	800 milhões	+ 898%

Em 1974, o público para o filme estrangeiro chegou a 170 milhões de espectadores. Entretanto, a preferência cres-

cente pelo filme brasileiro rebaixou esse nível para 148 milhões de espectadores em 1978.

COMPARATIVO	ARRECADAÇÃO EM DÓLAR		
	1974	1978	Variação percentual
NACIONAL	13.223.446	38.095.000	+ 288%
ESTRANGEIRO	67.530.200	80.952.000	+ 19%

1.4. Com o apoio da Embrafilme, o cinema brasileiro teve posição destacada em importantes centros consumido-

res como Nova York e Paris, além de efetiva participação em Mostras e Festivais Internacionais, com evidentes vanta-